



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681073 - CE (2021/0224472-7)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : GIANVITTO PEREIRA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : GIANVITTO PEREIRA DE SOUZA - CE023745  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : JOSE FURTUNATO CARDOSO (PRESO)  
**CORRÉU** : TOMAZ PESSOA CARVALHO  
**CORRÉU** : CHARLIS CONCEICAO DA SILVA  
**CORRÉU** : RAIMUNDO WELLINGTON MAIA MACEDO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE FURTUNATO CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0628310-90.2021.8.06.0000).

O paciente cumpre medida cautelar de monitoramento eletrônico por meio de tornozeleira eletrônica.

O impetrante sustenta o excesso de prazo na manutenção da medida alternativa de monitoramento eletrônico, visto que já se passaram mais de 10 meses sem que tenha sido fixado prazo para cumprimento da cautelar, defendendo a desnecessidade da medida.

Alega que o corréu Raimundo Wellington obteve a revogação da medida alternativa do uso de monitoramento eletrônico nos autos do *Writ* n. 0628133-29.2021.8.06.0000, sendo, portanto, cabível a extensão da benesse ao paciente, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da medida cautelar ou a extensão do benefício deferido ao corréu. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre

a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente